

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLITICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

James Tholl

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM DUAS REALIDADES
ESCOLARES DISTINTAS: O COLÉGIO APLICAÇÃO DA UFSC
E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SIMÃO JOSÉ HESS.**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina como exigência para
obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Nise Jinkings

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is positioned centrally and appears to be a placeholder for a barcode or a unique identification number for the work.

James Tholl

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM DUAS REALIDADES
ESCOLARES DISTINTAS: O COLÉGIO APLICAÇÃO DA UFSC
E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SIMÃO JOSÉ HESS.**

Este TCL foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2014

Prof.^o Jeremy Paul Loup Deturche, Dr.
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof.^a Nise Maria Tavares Jinkings, Dr.^a
Orientadora Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Valcionir Correa, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Maria Soledad Etcheverry Orchard, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus pais, Áureo e Solange, pelo amor incondicional, sem vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Pelos conselhos recebidos e pelas horas de conforto quando mais precisei, assim como a gloriosa educação, visando não apenas o diploma, mas sim a conquista do conhecimento.

Aos professores de Sociologia das duas escolas, por me receber com muita dedicação em ajudar na construção do conhecimento sociológico. Assim como os funcionários das escolas, os diretores sempre muito dispostos em ajudar.

Agradeço também a orientadora da pesquisa Nise, por acreditar no projeto e ajudar a desenvolver as ideias, sem ela não conseguiria.

Ao meu irmão Júnior, que mesmo distante e tímido nas palavras, transmitiu sua energia positiva. Assim como os amigos que ficaram em Ituporanga/SC, que de algum modo fizeram parte dessa trajetória.

E por fim, aos amigos que convivem diariamente comigo, ao Jean e Alyson, assim como os amigos que divido minha moradia, que de alguma forma me ajudaram na construção da pesquisa.

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres. (Rosa
Luxemburgo).

RESUMO

Este trabalho busca analisar as características estruturantes do ensino de Sociologia em duas realidades escolares distintas: Colégio de Aplicação da UFSC e Escola de Educação Básica Simão Hess, da rede pública estadual de Santa Catarina. A ideia é analisar porque duas escolas consideradas de caráter público e localizadas no mesmo bairro da Trindade, em Florianópolis, convivem com especificidades tão diferentes quanto a condições materiais e pedagógicas do ensino de Sociologia. A investigação se baseou em primeira instância em uma revisão bibliográfica sobre o ensino de sociologia, suas condições históricas e sociais no Brasil. Em um segundo momento nas observações e na regência em sala de aula, assim como o questionário aplicado aos alunos, com a finalidade de conhecer aspectos socioeconômicos, assim como culturais, de seu perfil. O trabalho também se baseou em entrevistas semi-estruturadas com os professores de Sociologia e diretor, para investigar sua formação acadêmica, condições de trabalho, vínculo contratual etc. E por último, foi realizada uma pesquisa documental, especialmente voltada para conhecer o Projeto Político Pedagógico das escolas.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Escola Pública. Escola de Educação Básica Simão Hess. Colégio de Aplicação da UFSC.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the structural characteristics of the teaching of sociology in two different school realities: College Application UFSC and Basic School Simão Hess, the public state of Santa Catarina. The idea is to analyze why two schools considered public and located in the same neighborhood character of the Trinity, in Florianópolis, with specificities coexist as different as materials and pedagogical conditions of teaching of Sociology. The research was based in the first instance on a literature review on teaching sociology, historical and social conditions in Brazil. In a second step in conducting the observations and in the classroom, as well as the questionnaire given to students in order to meet socio-economic aspects, as well as cultural, profile and semi-structured interviews with teachers of Sociology and Director, to investigate his academic training, working conditions, type of employment etc. And lastly, documentary research, especially focused to meet the Education Policy Project of the schools was held.

Keywords: Teaching Sociology. School of Basic Education Simão Hess. College Application UFSC.

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	10
II.	CAPÍTULO I	
	A SOCIOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO.....	14
III.	CAPÍTULO II	
	A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SIMÃO HESS.....	25
IV.	CAPÍTULO III	
	O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC.....	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se caracteriza como requisito acadêmico da disciplina de Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, componente do currículo de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo este implementado desde 2007, apresentando importantes mudanças especialmente na área de licenciatura. Aponta para uma formação acadêmica mais sólida, e propõe uma interação maior entre teoria e prática de modo muito mais intenso e extenso. Ou seja, é uma oportunidade de entrarmos em contato direto e por mais tempo com o nosso futuro espaço de atuação, enquanto professores, observando e vivenciando diversas situações da realidade contraditória, complexa e conflitante que é o ambiente escolar.

Neste sentido, procurei articular as análises teóricas que perpassam o campo da educação e da sociologia com a observação da realidade escolar, especificamente no Colégio de Aplicação da UFSC e na Escola de Educação Básica Simão Hess, da rede pública estadual de Santa Catarina. O trabalho busca uma reflexão crítica do contexto social e pedagógico que ali está presente levando em conta os limites e as potencialidades do ensino de Sociologia nas escolas de nível médio, em determinado contexto social. Analisar porque duas escolas de caráter público e localizadas no mesmo bairro da Trindade, em Florianópolis, são portadoras de especificidades tão diferentes quanto a condições materiais e pedagógicas do ensino de Sociologia.

Os resultados apresentados a seguir são fruto de observações e práticas docentes, associadas a reflexões teóricas sobre as possibilidades de agir como educador, realizadas em várias turmas do 2º ano das duas escolas, na cidade de Florianópolis, durante o ano letivo de 2013. Vale lembrar que existem grandes diferenças institucionais entre as escolas. Por exemplo, o Colégio de Aplicação é uma instituição que apresenta particularidades que a diferenciam das escolas públicas tradicionais geridas pelo governo do Estado, por ser uma escola que segue a política educacional da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Sociologia retornou ao currículo do Ensino Médio na esfera federal brasileira a partir de 2008, com a lei 11.684, que altera o art.36 da LDB, determinando a inclusão da Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias nos três anos letivos do ensino médio. Podemos dizer que foi uma importante conquista, pois a disciplina tem como potencialidade educativa preparar os jovens para conhecer elementos fundamentais do mundo social complexo e em constante alteração, no

qual vivem. As aulas da disciplina de Sociologia podem ser uma ferramenta de conhecimento poderosa, pois podem se apresentar como fundamentos teóricos para auxiliar em uma visão de mundo mais clara para os estudantes, ao passo que estimulam o raciocínio investigador, pensamentos mais elaborados, abstratos e críticos além da desconfiança do recorrente e aparente. Portanto, podem ser valiosas para a vida social dos estudantes, uma vez que podem torná-los cidadãos politizados, atuantes e participativos.

Neste sentido está nas mãos do professor de Sociologia esta grande tarefa, como um agente primordial e indispensável, no processo educativo. Pois em seu trabalho de mediação entre o conhecimento acumulado historicamente pelas ciências sociais e a formação dos alunos, deve instigar esses alunos à não conformação e à contestação frequente de sua realidade. Quer dizer, o professor deve sempre apontar para seu aluno aquilo que está para além das aparências de uma suposta ordem existente.

A questão que se procurou responder neste trabalho, e sobre a qual este trabalho está direcionado e que orientou a pesquisa, é se e como o/a professor(a) de Sociologia consegue desempenhar o papel descrito acima, em realidades escolares muito distintas. Ou seja, as condições pedagógicas e materiais que dão suporte ao ensino de Sociologia no Colégio de Aplicação da UFSC, considerado exceção na realidade educacional do ensino público de Florianópolis, são profundamente diversas daquelas verificadas na escola da rede estadual Simão Hess, localizada na Avenida Madre Benvenuta, a 1,9 km do Colégio Aplicação.

Ou seja, a proposta de pesquisa foi a de verificar as condições do ensino de Sociologia em duas escolas da rede pública de ensino que experimentam realidades desiguais. Além disso, apontar a importância do tema no âmbito acadêmico, partindo da constatação da precarização do ensino nas redes públicas estaduais na cidade de Florianópolis/SC, revelada em pesquisas recentes, como por exemplo, a dissertação de mestrado de Latorre (2013), na qual realiza uma análise crítica das condições de trabalho dos professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) nas escolas públicas estaduais de Florianópolis. Outra pesquisa está sistematizada no Trabalho de Conclusão de Licenciatura de Silva (2013), que analisa a relação entre os estudantes-trabalhadores e o ensino noturno no Brasil, a partir do estudo de caso dos alunos do 2º ano noturno da E.E.B. Getúlio Vargas, em Florianópolis.

Nas duas escolas pesquisadas, esses dois aspectos citados nas pesquisas acima aparecem de forma explícita. No Simão Hess o contrato do Professor de Sociologia durante o ano de 2013 era de 40 horas semanais e ele era admitido em Caráter Temporário (ACT). Já no Colégio de Aplicação as professoras de Sociologia tem o contrato de 12 horas efetivo com dedicação exclusiva. Em relação ao perfil dos alunos do Aplicação, muitos deles são filhos de servidores públicos ou de pais e mães com cargos de alto nível no mercado de trabalho e tem uma renda familiar mais estável, conseqüentemente poucos alunos trabalham. Já no Simão Hess muitos deles estão no mercado de trabalho como forma de sobrevivência, e em atividades de baixa remuneração.

Além disso, o Colégio de Aplicação apresenta muitas características distintas da realidade do ensino público em geral. Grande parte dos professores possui maior tempo de formação, melhor remuneração, dedicação exclusiva, carga horária limitada e boa parte dedicada à preparação das aulas. Os alunos e professores têm passagem livre (ou mais acessível) a toda estrutura e conhecimento desenvolvidos pela universidade como se estivessem vinculados à graduação, como por exemplo, o acervo das bibliotecas, restaurante universitário e eventos acadêmicos. Estão, portanto, em vantagem sobre estudantes de outras instituições escolares, também no que diz respeito ao capital cultural e social.

O Colégio de Aplicação é uma escola integrada ao Sistema Federal de Ensino e que proporciona o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação da UFSC, atendendo ao Ensino Fundamental e Médio e visando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. O Colégio não corresponde à realidade geral das escolas da rede pública. Pode-se dizer que, comparativamente às escolas da rede estadual, o Colégio de Aplicação, oferece melhores condições de ensino e prática docente. Tendo em vista as boas condições físicas/estruturais, disponibilidade de equipamentos, formação dos professores e também dos alunos. Por isso, a experiência de estágio docente no Colégio é uma experiência muito rica no sentido de se poder experimentar, desde o princípio, as possibilidades de desenvolver potencialidades enquanto professores de Sociologia.

Na escola da rede pública estadual Simão Hess pode-se constatar que a ação pedagógica é imensamente complexa e defronta-se com grandes óbices.

No aspecto objetivo, as dificuldades se materializam através dos notórios e nunca solucionados problemas da educação pública no Brasil:

a estrutura precária das escolas, a pesada carga de trabalho dos professores, a baixa remuneração, o “exíguo” tempo de cada aula (no turno noturno a duração das aulas é de quarenta minutos) e a falta de materiais didáticos (inclusive, o próprio livro didático), que sejam capazes de reter de fato, o interesse dos alunos em tempos de conectividade digital “total”. São enormes as barreiras enfrentadas na escola de modo geral, em todo sistema escolar brasileiro, como afirma Kuenzer (2000, p.11):

A democratização do Ensino Médio, no entanto, não se encerra na ampliação de vagas. Ela exige espaços físicos adequados, biblioteca, laboratórios, equipamentos, e, principalmente, professores concursados e capacitados. Sem essas precondições, discutir um novo modelo, pura e simplesmente, não resolve a questão.

Quanto aos aspectos subjetivos, o desinteresse dos alunos, a falta de atenção em sala, a não entrega dos trabalhos pedidos, a ausência de reconhecimento pela figura do professor, a carência do hábito de ler, entre outros, obstruem um melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem. Podemos ainda observar que, em alguns momentos durante a aula, era constante a presença de pessoas da direção, com a finalidade de transmitir recados para o professor sobre remanejamentos de professores e aulas, devido à ausência de professores de outras disciplinas.

No processo de elaboração do trabalho, os procedimentos metodológicos da investigação se basearam em primeira instância, em uma revisão bibliográfica sobre o ensino de sociologia, suas condições históricas e sociais no Brasil, suas particularidades e as dificuldades enfrentadas desde sua implementação e regularização na rede pública estadual. Em um segundo momento, a pesquisa se apoiou nas observações e na regência em sala de aula do estágio supervisionado no Colégio de Aplicação, assim como em observações na sala de aula na EEB Simão Hess.

Além disso, foram aplicados questionários aos alunos, com a finalidade de conhecer aspectos socioeconômicos, assim como culturais, de seu perfil. Outro instrumento metodológico foram as entrevistas semi-estruturadas com os professores de Sociologia das turmas selecionadas, para investigar sua formação acadêmica, condições de trabalho, vínculo contratual etc. E por último, foi realizada uma pesquisa documental, especialmente voltada para conhecer o Projeto Político

Pedagógico das escolas, com o intuito de averiguar qual a concepção pedagógica que norteia o trabalho docente ali desenvolvido.

As informações resultantes da pesquisa estão dispostas de modo a abarcar uma breve reflexão sobre a realidade escolar e o ensino de sociologia no ensino médio. Em seguida, apresento as duas escolas, abordando alguns pontos específicos de sua realidade, assim como detalhes de suas estruturas políticas, pedagógicas e organizacionais, inclusive analisando seus projetos políticos pedagógicos e proposta curricular. Ainda neste item apresento uma análise do perfil dos alunos, a partir das informações obtidas através de questionários aplicados. E por fim, faço um breve relato sobre a experiência de pesquisar realidades escolares tão próximas e ao mesmo tempo tão distintas.

II. CAPÍTULO I

A SOCIOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

A sociologia surgiu primeiramente como disciplina na França no ano de 1887 na Universidade de Bordeaux. Foi introduzida pelo sociólogo Émile Durkheim, que ocupou o cargo docente até o ano de 1917 a essa altura professor da Universidade de Sorbonne, quando faleceu. Durkheim acreditava que para se consolidar como ciência, era necessário que a Sociologia fosse aplicada no campo da educação, para atingir sua autonomia epistemológica.

No Brasil a relação da Sociologia com sua efetivação como disciplina obrigatória nas escolas, como assinala Caridá (2009), muitas vezes foi marcada por uma intensa negação da sua necessidade à formação do cidadão atuante e consciente. Essa dificuldade de aceitação e legitimação é resultado de contextos históricos controversos, complexos e conservadores, quando não reacionários, permeados por instabilidades políticas, econômicas e sociais. Tais contextos visam encobrir e solapar a possibilidade de objetivação de um posicionamento mais crítico e menos submisso por parte do sujeito histórico concreto diante de uma realidade conflitante, contraditória e desigual que o oprime e o subjuga.

Assim, na tentativa de explicar e elucidar a Sociologia como disciplina necessária na grade do ensino escolar brasileiro, foram registradas várias teorias e disputas marcadas por fatos históricos e acontecimentos importantes ao longo da história da educação nacional. Fatos e acontecimentos marcados por intermináveis contendas. Uma condição que pode ser abordada de maneira a explicar os percalços que

a Sociologia tem enfrentado ao longo de sua história como disciplina escolar é em relação a sua nomenclatura:

O fato é que tradicionalmente nossos cursos de graduação foram organizados e intitulados de Ciências Sociais e nos currículos do Ensino Médio e dos cursos profissionalizantes a Sociologia tem logrado espaço como disciplina. Quando o Governo Militar criou os Estudos Sociais, justificando que essa área contemplava os conhecimentos de Antropologia, História, Geografia, Economia e Sociologia, contribuiu para aprofundar os problemas de definições e denominações científicas, disciplinares e profissionais. Sem dúvida que, quando iniciamos levantamentos sobre o ensino de Sociologia na escola secundária, imediatamente nos deparamos com esses desafios tendo que criar critérios de definições para poder eleger os documentos, conteúdos e disciplinas que consideraremos referentes às Ciências Sociais e/ou à Sociologia especialmente. (SILVA, 2010, p. 18).

A existência de fatos históricos ligados a acontecimentos políticos que foram marcantes no surgir do Brasil república aponta que vários intelectuais da época pretearam que a Sociologia tivesse reconhecimento como disciplina e fosse incluída principalmente nos cursos de Direito e nas escolas secundárias. As ideias eram influenciadas pelo pensamento positivista por volta de 1850, trazidas por intelectuais da França. Ruy Barbosa realiza a primeira tentativa de inserção da Sociologia nas escolas e no currículo do curso de direito por volta de 1882.

No ano de 1890 o então ministro da instrução publica Benjamin Constant institui uma reforma que define novas diretrizes curriculares para a educação básica. Essa ação de política educacional ficou conhecida como “Reforma Benjamin Constant” propunha que a sociologia fosse adicionada como disciplina obrigatória no ensino de nível médio. Segundo Jinkings (2007), foi um período em que as elites dirigentes tinham a ideia da Sociologia como uma espécie de ferramenta de progresso social. De acordo com essa perspectiva, a disciplina tinha o objetivo de fundamentar a ordem social e controlar as relações sociais, partindo de uma concepção positivista. Mas em 1897 à Sociologia é retirada do ensino secundário e ginásial. Foi em 1925 que uma nova

reforma educacional, chamada Reforma Rocha Vaz, decreta a instituição da Sociologia como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e normais. É época em que educadores liberais discutem as ideias que ficaram conhecidas como Escola Nova. O objetivo era substituir o ensino religioso por um ensino científico, laico, público e gratuito.

Esse é um dos marcos fundamentais para a institucionalização das Ciências sociais/Sociologia no sistema de ensino e no processo de sistematização dos conhecimentos sociológicos. O fato de essa disciplina ser ensinada nas escolas criava um mercado de ideias, de circulação de conteúdos que precisava ser ordenado e dinamizado. O primeiro mercado a ser potencializado foi o de livros didáticos. Em seguida, a criação de faculdades e universidades para formar os professores especializados nas novas áreas. Muitos pensadores autodidatas nas Ciências Sociais, formados em Direito, Medicina, Engenharia, entre outras, especializaram-se em Sociologia e exerceram o ensino nas novas cátedras criadas nas Escolas Normais e Faculdades de Direito. Gilberto Freyre em Recife, Fernando de Azevedo em São Paulo, Delgado Carvalho no DF, Artur Ramos no Rio de Janeiro; esses pensadores lançaram-se em pesquisas e em esforços de sistematização da nova ciência. (SILVA, 2010, p.20 e 21).

O período de 1930 a 1964 é considerado por muitos autores como fase importante para a consolidação das Ciências Sociais/Sociologia, pois é um período que abrange grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira. A urbanização e uma industrialização tardia, além de outras transformações, alteraram a forma das pessoas se relacionarem com o mundo e consigo mesmas. Essas novas características sociais junto com uma comunidade de Sociólogos interessados em moldar essa nova ciência, foram essenciais para definir a Sociologia como cadeira disciplinar das escolas brasileiras.

Na década de 1930, a disciplina se fortalece, chegando aos cursos complementares do ensino de nível médio. Com a criação da Universidade de São Paulo se funda em 1934 a faculdade de Ciências Sociais da USP; no ano anterior havia sido criada a Escola Livre de Sociologia e Política, também em São Paulo.

Em 1942, durante, a ditadura do Estado Novo, o ministro da Educação Gustavo Capanema faz uma reforma na educação, retirando a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio. Reforma esta de cunho nacional que ficou conhecida por instituir o curso ginásial por quatro anos e mais três anos em que o aluno podia optar pelo clássico (ciências humanas e letras) ou científico (biologia e matemática).

Somente na década de 1960 é instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 4024/61). A lei definiu as disciplinas escolares como: obrigatórias, obrigatórias complementares; e optativas, caso da Sociologia.

Em 1964 se dá o golpe civil militar, quando a Sociologia desaparece das escolas secundárias. Professores universitários e da escola secundária são presos, principalmente após o Ato Institucional n.5. Em 1971, sob o governo do Presidente Médici, divide a educação em 1º e 2º graus. Reforma esta que respondia às necessidades do chamado "milagre econômico", época de crescimento econômico ocorrido às custas de forte endividamento externo. Ou seja, se busca criar força de trabalho barata para responder às necessidades dos capitais estrangeiros no país, quando surgem os cursos profissionalizantes e os cursos de licenciatura curta.

Percebe-se, desse modo, que conjunturas políticas, econômicas e sociais que se desdobraram ao longo do último século tiveram grande respaldo e decisiva responsabilidade na ação de relegar a Sociologia em segundo plano. Por isso, a história da disciplina de Sociologia nas escolas brasileiras apresenta uma trajetória sinuosa e entrecortada por fortes obstáculos. Esses são criados e difundidos indevidamente como legítimos por meio de falaciosas argumentações e infundadas justificativas carregadas de ideologia, para proteger interesses escusos de grupos e classes sociais dominantes em cada tempo histórico.

Em coerência com esses aspectos a escola pública brasileira esteve voltada durante a maior parte de seu desenvolvimento histórico, e na maioria das vezes ainda o é, para a formação de força de trabalho subserviente e passiva requeridas por relações de trabalho características de um sistema baseado na divisão desigual de tarefas e na exploração dos sujeitos. Ao longo do tempo ocorreram mudanças como podemos evidenciar:

Vivemos um período de expansão da disciplina e de seus conteúdos nos currículos escolares desde a década de 1980. Notadamente, após 1984, em alguns estados do País e, após 1996, em todo o País. Como antecedentes da LDB (Lei de

Diretrizes e Base da Educação Nacional) de 1996, temos iniciativas dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, que, na década de 1980, realizaram reestruturações curriculares no que se chamava Segundo Grau e atualmente é denominado de Ensino Médio. Tais reestruturações procuravam adequar os currículos aos tempos de redemocratização e os *textos recontextualizados* nos órgãos oficiais refletiram a produção da crítica ao regime militar nos centros de pesquisa das universidades. Existia uma crítica contundente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no Segundo Grau e às concepções tecnicistas dos currículos de modo geral. Assim, as equipes que assumiram as tarefas de reformas da educação nos Estados procuraram retomar o Ensino Médio propedêutico ou o Ensino Médio integrado_ ensino geral e profissionalizante ao mesmo tempo. (SILVA, 2010, p. 26 e 27).

Presente, desse modo, na historicidade da implementação da disciplina dentro da grade curricular, podemos destacar que a Sociologia passou a ser obrigatória no currículo do Ensino Médio em Santa Catarina desde 1998. Em nível nacional, depois de muitas controvérsias, complicações e disputas, foi sancionada na esfera federal em 2008. Mesmo assim, vale ressaltar que a Sociologia enquanto exercício pedagógico luta para ganhar espaço nas grades curriculares e, principalmente, reconhecimento nas salas de aula enquanto disciplina potencialmente elucidativa e crítica das relações sociais vigentes em nossa sociedade. Dentro de toda a discussão e descrição sobre a tortuosa trajetória da Sociologia como disciplina escolar, temos a seguinte constatação de Jinkings (2009, p. 11):

Quando se analisa a trajetória de institucionalização da sociologia e sua constituição como disciplina científica e acadêmica no Brasil, é notável sua vinculação com as condições sociais, culturais e políticas vigentes. Especialmente no que diz respeito ao ensino da sociologia nos cursos de nível médio, a luta pela incorporação da disciplina como obrigatória no currículo das escolas se dá em momentos de intensa mudança em todas as

dimensões da vida social e de tentativas de construção de um processo democrático no país. Por outro lado ela se distancia das escolas nos períodos marcados por regimes autoritários e ditatoriais, como o Estado Novo e o regime militar pós 1964.

Embora atualmente a Sociologia tenha se firmado na grade e no currículo escolar do ensino médio básico, sabemos que os desafios e obstáculos enfrentados pela disciplina são diários, inúmeros e intensos. Como, por exemplo, nas escolas da rede pública o grande número de professores lecionando a disciplina sem ter formação específica na área. Isso, entre outras coisas, é algo muito preocupante. Pois, a Sociologia, por ter o estatuto de ciência, possui toda uma linguagem própria, e apresenta conceitos, teorias, definições e demonstrações próprias e que requerem muito cuidado em seu manejo e utilização. Por isso, a função do professor é essencial para o sucesso e realização das potencialidades plenas da disciplina.

Essa trajetória conturbada da Sociologia afeta diariamente as salas de aulas. Pode-se observar no Colégio Aplicação e na escola Simão Hess a dificuldade de autoafirmação da disciplina. Muitos alunos ainda não sabem o objetivo real da disciplina. O problema é ainda maior na escola Simão Hess onde temos outros problemas atrelados: como a falta de um professor com experiência na área, assim como a troca constante de professores e condições precárias de trabalho.

As primeiras discussões acadêmicas sobre a problemática da Sociologia no ensino médio surgiram por volta dos anos 1950. No 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan Fernandes apresenta um trabalho que nos demonstra a importância do ensino da sociologia na escola secundária brasileira como um dos meios de formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano-industrial. Neste sentido é necessária uma reflexão sociológica vinculada à construção de canais democráticos de participação nos rumos do desenvolvimento social.

Florestan Fernandes defende que a permanência das ciências sociais nos currículos da escola média, nos proporcionaria uma formação crítica, de tomada de posições autônomas em face das mudanças sociais. Assinala também a necessidade de aumento do poder do homem de controlar racionalmente os aspectos instáveis da vida em sociedade e de compreensão mais ampla dos dilemas humanos na nova

ordem industrial e democrática. Todo esse interesse se colocava contra a educação voltada para a conservação do status quo.

Florestan situava-se dentro de uma visão de reforma social, onde o cenário era de modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira. Batendo de frente com os interesses dos donos do poder, que estariam interessados na manutenção de um padrão de educação voltado para ordem social. O ensino da sociologia seria uma ferramenta poderosa nas mãos das pessoas e dos grupos sociais, no sentido de tomarem consciência de seus interesses individuais e coletivos. É, portanto, na “aspiração política de uma participação democrática ampliada e autoconsciente das condições de existência social que reside a importância do ensino da sociologia”, segundo Florestan Fernandes.

As aulas da disciplina de Sociologia podem ser valiosas para a vida social dos estudantes, uma vez que podem torna-los cidadãos politizados, atuantes e participativos. Nesta concepção Florestan nos ajuda a pensar sociologicamente no campo educacional, ao comentar que:

As transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesse e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa suscetível e adestrá-los, especificamente, para escolha com fundamento racional. (FERNANDES, 1975, p. 109).

Florestan defendia que o currículo de sociologia não deve reproduzir o velho padrão enciclopédico do ensino brasileiro, de acúmulo de ideias, teorias e nomes importantes, mas se voltar para o uso da reflexão sociológica na abordagem de temas que desafiam a compreensão de nossa formação histórica e social, a exemplo das raízes das nossas desigualdades de classe, raça e gênero.

Neste sentido estaria nas mãos do professor de Sociologia esta grande tarefa, como um agente primordial e indispensável, pois o principal aspecto do trabalho de um professor é o de mediar criticamente a experiência prática dos alunos e sua formação humana. Quer dizer, o professor de Sociologia deve sempre apontar para seu aluno aquilo que

está para além das aparências de uma suposta ordem social existente. Sendo assim, o professor tem a tarefa de estimular os alunos a refletir sobre questões sociais, raciais, morais, políticas, econômicas, filosóficas e culturais que fazem parte do dia-a-dia.

Nos anos seguintes outros pensadores tiveram destaque ao refletir sobre a Sociologia no ensino médio. Entre eles encontramos Octavio Ianni, que escreveu o texto para palestra proferida na Coordenação de Ensino e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo em 1985, quando o momento era de inserção da Sociologia no 1º e 2º Graus. O autor vai analisar o papel do professor de Sociologia, levando seus alunos a questionar a vida em sociedade.

O autor trata do desafio do professor de Ciências Sociais, que vai defrontar os saberes que o aluno já possui com os saberes de uma visão crítica do senso comum, para que ele supere ideias cristalizadas que são veiculadas a partir de um determinado ponto de vista. Neste aspecto o professor seria um mediador, um articulador dos saberes, na medida em que confere um outro sentido à aprendizagem, baseada na construção do conhecimento.

Neste processo pedagógico o professor tem um papel importante, de provocar os seus alunos e despertar nos estudantes à vontade de mudar, de transformar o que eles acreditam não estar “dando certo”. A educação voltada para a transformação é atitude e movimento e baseia-se na ruptura com os padrões (pré) estabelecidos. De acordo com Octavio Ianni (2011, p.332):

Trabalhar os fatos, no sentido lato, como movimento, é uma maneira de recuperar a historicidade do social, evitando-se a “naturalização”. E isto é fundamental em todas as Ciências Sociais. O que ocorre com as noções de senso comum é que elas são clichês, estereótipos, que levam de contrabando a idéia de que os fatos são “naturais” e que as coisas acontecem inevitavelmente, por razões totalmente alheias ao campo social. Portanto, uma maneira de evitar a “naturalização” do social é reconhecer que o social é movimento.

Além desse compromisso com o ensino de sociologia expresso por Florestan Fernandes e Octavio Ianni, outros cientistas sociais manifestam-se sobre as finalidades sociais e educativas da sociologia. O sociólogo norte-americano Wright Mills (1972) desenvolve uma reflexão sobre a necessidade de cientistas sociais não deixarem a

imaginação e a criatividade de lado, ao exercer a sua profissão. Na obra conhecida como "A imaginação sociológica" Mills busca compreender o verdadeiro papel das ciências sociais e sua aplicação no mundo moderno. Ou seja, que os homens possam captar o que está acontecendo no mundo e compreender o que está se passando em si mesmos como minúsculos pontos de interseção de biografia e história dentro da sociedade. Neste sentido o homem pode entender com mais facilidade a interação do indivíduo com o meio social, uma vez que se torna passível de se ver, com maior nitidez, as influências deste sobre a trajetória pessoal.

Segundo Wright Mills os homens na maioria das vezes não tem noção da ligação e da importância que tem sua trajetória de vida no curso da evolução da história. Assinala que a imaginação sociológica possibilita, aos homens compreenderem melhor as coisas que acontecem em sua volta naquele momento histórico em que estão vivendo. A consciência política pode-se dizer que é a expressão mais importante da imaginação sociológica.

O desenvolvimento da imaginação sociológica é a promessa das ciências sociais. Pois segundo Mills (1972, p.11-12):

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna, e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas.

Neste sentido o que se espera por meio da imaginação sociológica, é que os homens possam captar o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está se passando com eles próprios como minúsculos pontos de interseção de biografia e história dentro da sociedade. Em grande parte, a visão autoconsciente que o homem tem de si mesmo, repousa sobre uma percepção absorta da relatividade social e do poder transformador da história. A imaginação sociológica é a forma mais frutífera dessa autoconsciência.

O primeiro fruto dessa imaginação - e a primeira lição da ciência social que a incorpora - é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria existência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas (...) chegamos, a saber, que todo indivíduo vive da uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribuir, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (id.,ibid., p. 12).

Diante desse quadro a principal tarefa intelectual e política de um educador seria propiciar a seus alunos as condições da imaginação sociológica, ou seja, semear as possibilidades da formação de homens e mulheres críticos, que para tal se faz necessário que passem a enxergar com nitidez as influências do mundo sobre suas trajetórias de vida, assim como lutar por melhoria da realidade escolar, sua estrutura e condições materiais, pedagógicas e educacionais das escolas da rede pública.

As pesquisas recentes confirmam a precariedade na qual se realiza o ensino de sociologia nas escolas da rede pública estadual. De fato, a configuração do sistema capitalista não favorece os mecanismos para desenvolver as contribuições do ensino de Sociologia, que reflita a vida em sociedade, numa concepção mais ampla das relações sociais. Assim como na escola Simão Hess, os problemas relativos ao ensino de Sociologia estão enredados a questões mais amplas, vinculados aos de uma sociedade desigual, que atinge com gravidade a educação pública do Brasil. Neste sentido, a proposta educacional das escolas da rede pública, que entrou em vigor em 2008 desconsidera as contradições da sociedade brasileira, o que mantém os problemas estruturais e pedagógicos da educação pública.

[...] Apesar de múltiplas e cada vez mais intrincadas exigências à realização do trabalho do professor no meio escolar, os estudos e pesquisas tem apontado para um processo de pauperização dos professores, submetidos à baixa remuneração,

a longas jornadas laborais, ao multiemprego e ao subemprego, a precárias condições formativas e de trabalho. (JINKINGS, 2011, p. 108).

Além disso, a disciplina de Sociologia, no ensino médio, enfrenta muitos desafios resultado da sua construção histórica, desde sua proposição inicial na primeira república, por Benjamim Constant. Sua entrada tardia e singular, não lhe atribuiu um status de disciplina pertencente do currículo. Foram muitas as controvérsias para consolidar a disciplina como obrigatória. Pode-se dizer que essa luta agora está em outra etapa, pois a lei garante a sua presença no currículo. Em contrapartida essa luta ainda não se findou. A sociologia ainda não está posta em todos os níveis de escolarização e lutamos por muitos desafios, inclusive na própria escola.

Nas escolas, essa trajetória descontínua da Sociologia no ensino médio e sua frágil tradição pedagógica ocasionam, frequentemente, um desconhecimento das finalidades educativas da disciplina e a desvalorização de suas potencialidades formativas. (JINKINGS, 2011, p. 109).

Segundo Mendonça (2011) a escola enfrenta uma crise de sentidos, onde professores e alunos apesar de reconhecerem seu significado social, ou seja, instituição responsável historicamente pela transmissão do conhecimento, não se identificam, em suas relações cotidianas, com este significado, pois:

A tarefa histórica da escola, nessa nova realidade social, foi cunhada na transmissão do conhecimento, tendo na organização da fábrica seu modelo estrutural e ideológico. Ao professor cabia garantir a transmissão/reprodução de um conjunto de conhecimentos necessários à formação do trabalhador como trabalhador na fábrica, sob a égide do capital. Com o capitalismo há a necessidade de uma nova sociabilidade, uma nova subjetividade, e aí entra a escola, como elemento-chave nesse processo de formação de novos valores, novos modos de ser e viver. (p.344)

É neste contexto que o professor de sociologia terá o desafio de não se restringir somente ao seu trabalho de ensinar sociologia, pois sua formação também remeterá ao olhar sociológico necessário a sua atuação na instituição. Ou seja, o trabalho com o ensino de Sociologia pode propiciar o senso crítico de relacionar o que se passa na escola com as questões sociais mais amplas e as políticas educacionais, desvendando as relações sociais do cotidiano escolar, buscando elementos para a superação da naturalização dos conflitos. Como cita Mendonça (p. 349):

O ensino de Sociologia tem essa tarefa de desenvolver atividades que lidem com conteúdos/significados relevantes à construção de sentidos transformadores da subjetividade humana, materializando seu objetivo central de desnaturalizar as relações sociais, possibilitando aos sujeitos estabelecer uma relação consciente com o mundo.

Portanto, o objetivo da sociologia deveria ser construir sentidos e significados, a partir de uma concepção de educação emancipadora, que rompa com a lógica do capital e tenha na humanização o foco central. Isso pode gerar mais conflitos, mas certamente gerará novas possibilidades pedagógicas, superando a ausência de sentidos e significados tão marcantes no cotidiano escolar. Mas num contexto de precariedades nas escolas da rede pública estadual em todos os sentidos, como estruturais, pedagógicos e psicológicos, será que o professor de Sociologia consegue alcançar nesse objetivo? Veremos nos dois próximos capítulos, se o ensino de sociologia consegue realizar suas potencialidades em duas realidades escolares desiguais.

III. CAPÍTULO II

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SIMÃO HESS

A Escola de Educação Básica Simão José Hess, pertencente à rede estadual de ensino, situa-se no bairro da Trindade, na Avenida Madre Benvenuta, em Florianópolis. Esta unidade escolar foi criada pelo Decreto de nº 404 de 9 de março de 1938, com a presença de autoridades da época, recebendo o nome de Grupo Escolar Olívio Amorim.

Em 20 de dezembro de 1950, foi criado o Curso Normal Brigadeiro Silva Paes, pelo Decreto nº 859, tendo sido instalado a 12 de

março de 1952. Passou a funcionar nas mesmas dependências do então Grupo Escolar Olívio Amorim, que preparava na época professores regentes do ensino primário.

Em 1964, o Curso Normal foi transformado em Ginásio Normal, permanecendo a estrutura inicial. Por Decreto de nº SE 08/02/7110407, foram unidos o Grupo Escolar Olívio Amorim e o Ginásio Normal sob a denominação de Escola Básica Olívio Amorim.

Em 30 de maio de 1975, a escola transferiu-se da Praça Santos Dumont, Trindade, para o novo prédio, situado à Avenida Madre Benvenuta, no mesmo bairro, passando a chamar-se Escola Integrada Simão José Hess.

Pelo Decreto de nº 8.130, de 11 de julho de 1979, foi criado o Colégio Estadual Simão José Hess, oferecendo o 1º grau completo; o 2º grau foi implantado em 01 de março de 1980, pelo Parecer 202, de 11 de dezembro de 1979, com as habilitações em Básico e Administração.

Em 1984, foram implantadas também no 2º grau as habilitações de Assistente Administrativo, Técnico em Processamento de Dados, Curso de 2º grau, sem habilitação profissional, pelos pareceres nº 384, de 25 de novembro de 1986, e nº 356, de 30 de setembro de 1986, respectivamente.

No ano de 2000, passou a chamar-se Escola de Educação Básica Simão José Hess, atendendo de Pré-Escola ao Ensino Médio. A partir de 2008, a escola deixou de atender à Pré-Escola, ficando isso a cargo do município, passando a ter uma grade escolar de 9 anos no ensino fundamental.

A mudança de patrono prendeu-se ao fato de ter sido o professor Simão José Hess membro ativo da comunidade trindadense, além de eminente educador, figura destacada na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e um trabalhador incansável pela construção do prédio onde atualmente funciona a escola. (PPP. p. 9 e 10. 2009)

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, no ano de 2013 havia a oferta do ensino fundamental de 9 anos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano), ensino fundamental de 8 anos (6ª, 7ª e 8ª série) e ensino médio (1º, 2º e 3º ano). A matrícula inicial em 2013 foi de 1.125 alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno. A faixa etária de atendimento foi de 6 a 18 anos. No ensino regular a escola atende também diversos alunos portadores de deficiências e necessidades especiais.

A escola atende a comunidade da Trindade, bem como a comunidade do Maciço do Morro da Cruz e outros bairros como: Agrônômica, Centro, Pantanal, Lagoa da Conceição, Ingleses e outros.

O perfil socioeconômico é de alunos originários das classes trabalhadoras e média. Segundo o PPP, o perfil socioeconômico dos alunos divide-se em três classes: classe baixa (alunos 10% carentes) representando em média 35% dos alunos, classe média baixa (não carentes) representando em média 40% dos alunos e classe média (boas condições financeiras), representando em média 25% dos alunos. Apesar de situada em um espaço central da cidade, sua localização encontra-se entre um bairro de classe média (é vizinha de um grande Shopping Center e de uma avenida comercial), a escola atende principalmente a parte mais carente da comunidade.

A estrutura física da escola conta com dois prédios de dois andares (sem elevadores ou rampas de acesso para cadeirantes), divididos em 22 salas de aulas; 1 sala de Direção; 1 sala de Orientação; 1 sala de professores; 1 Secretaria; 1 Biblioteca, 1 sala de vídeo; 1 sala de informática; 1 Laboratório multidisciplinar; 1 sala da Coordenação Pedagógica; 1 Laboratório Interdisciplinar de Filosofia e Sociologia (LEFIS); 1 pátio externo; 1 pátio interno; 2 quadras de esporte descobertas; 1 quadra de esporte coberta; 1 cozinha; 1 refeitório que é em espaço coberto e aberto, próximo à cozinha, possuindo mesas claras e amplas. Há também 1 depósito de alimentos; 1 almoxarifado e 12 sanitários. Durante o período noturno pude notar que os alunos ficam restritos aos ambientes iluminados da escola: pátio coberto e corredores. A sala de informática e a sala de vídeo estavam com problemas nas instalações elétricas durante a observação e, por tanto, não puderam ser utilizadas.

Havia na escola um excelente espaço físico. Porém, percebia-se a necessidade de melhoria em alguns ambientes, como a iluminação nos pátios externos, as condições para o uso das salas de aula, de informática e vídeo, além de melhorias na pintura da parede de alguns ambientes.

O aspecto físico das salas de aula era precário¹, o piso estava envelhecido e desgastado. As carteiras e paredes estavam riscadas e em mau estado. Nas paredes havia trabalhos dos alunos expostos. Ao fundo da sala, um armário velho, que os alunos usavam para deixar seus pertences (capacete, sacolas e etc.). À frente há um quadro negro de tamanho mediano e uma mesa para o professor. Dois ventiladores, um na frente outro ao fundo, eram usados para a climatização. A porta estava com furos e fazia muito barulho ao abrir e fechar (atrapalhava o

¹ Vale ressaltar que neste ano a escola passou por uma grande reforma nas paredes e nas quadras de esporte.

andamento da aula). Para as aulas com recursos multimídia, a escola contava com uma sala multimídia com projetores Datashow.

Depois de várias tentativas, consegui entrevistar o diretor da escola, que em um primeiro momento se negou a conversar. Somente se disponibilizou a falar da escola, com a autorização da Secretária da Educação de Santa Catarina. Segundo o diretor, como a escola é muito antiga e não havia passado por uma grande reforma nos últimos anos, suas condições físicas e estruturais são “confrontantes”. Ao mesmo tempo em que a escola dispõe de muito espaço físico, com salas amplas, ginásio de esportes, quadra de esportes, sala de informática e até um imenso pátio, o seu estado de conservação beirava, em 2013, a precariedade:

As salas de aula apresentavam rachaduras e goteiras, o forro (de madeira) nas salas e nos corredores apresentava grande presença de insetos (cupins) e ameaçava despencar, apresentando risco à integridade física de alunos, professores e funcionários. Assim como as condições de uso dos banheiros dos alunos, apresentava péssimas condições de uso e o odor era quase insuportável. Além disso, a escola não vinha recebendo papel higiênico e papel toalha da Secretária da Educação.

Segundo o diretor, as situações de precariedade também atingiam nos materiais e recursos didáticos (computadores, data-show, sala multimídia), que haviam sido fornecidos recentemente pelo SED e apresentavam boas condições de uso, mas eram operacionalizados em espaços físicos que deixavam muito a desejar. O livro didático da disciplina de Sociologia, fornecido pelo governo federal (Programa Nacional do Livro Didático) não é oportunizado aos alunos para ser levado para casa e assim não podem ter maior contato com o seu conteúdo. Eles são entregues aos alunos durante o tempo de duração de cada aula e depois devolvidos, o que na nossa avaliação prejudica o rendimento escolar dos educando.

A concepção pedagógica da escola é baseada na proposta curricular do Estado de Santa Catarina. Sendo que o Projeto Político Pedagógico foi elaborado em 2000 por professores e a comunidade escolar, sendo revisto e atualizado. Mas segundo o diretor existe uma dificuldade de por em prática os princípios pedagógicos devido à alta rotatividade de professores, pois na escola trabalhavam apenas 22 professores efetivos, enquanto 39 eram ACTs. As reuniões pedagógicas ocorrem de forma bimestral e os resultados são muito positivos, de acordo com o diretor, pois nelas são feitos os ajustes necessários para o bom andamento do trabalho educativo. Segundo o diretor, existe uma boa relação da escola com a comunidade, assim como a participação do

Grêmio estudantil na escola, que tem um bom diálogo com a direção, da mesma forma a associação de pais e professores que atua em vários problemas da escola.

Além disso, o diretor ressaltou que a escola tem alunos de vários níveis sociais, e que muitos deles trabalham. Vivem em vários bairros como: Trindade, Serrinha, Pantanal, Penitenciária, Córrego Grande e outros. As diferenças sociais são tratadas a partir de projetos tais como: “bullying”, semana da consciência negra etc.

A quantidade máxima de alunos por sala é de 30 alunos. Mas durante a visita na escola pude perceber algumas turmas com muito mais alunos. Segundo o diretor, aqueles com problemas de aprendizagem podem fazer aulas de reforço. Os professores na sua grande maioria tem o ensino superior completo e incompleto e trabalham em jornadas de 40h aulas semanais.

Segundos os dados coletados na escola Simão Hess, pude concluir que a escola tem uma estrutura diferenciada das outras escolas da rede pública estadual, mas que mesmo assim são muitos os fatores para a precarização do ensino de sociologia. A escola não apresenta uma estrutura adequada para a prática docente, com salas de aula com computador, data show, com ar condicionado, assim como cadeiras e carteiras confortáveis. Ou seja, as salas de aula apresentam as características do descaso da educação da rede pública estadual. Além disso, a escola não apresenta um auditório para a prática de reuniões mais amplas ou eventos da escola e as quadras de esporte beiram a precariedade.

Em relação à disciplina de Sociologia, o professor do Simão Hess se formou em Licenciatura em Ciências Sociais na UFSC no ano de 2013. Sua carga horária é de 40h semanais e é contratado em caráter temporário (ACT); seu tempo de experiência como professor é apenas de quatro meses. O professor ressalta que sua atividade não é bem remunerada. Acredita que à Secretária da Educação de Santa Catarina não interessa que os professores se qualifiquem, o que se explica na sua baixa remuneração, carga horária de trabalho muito grande, péssima condição de trabalho. Tudo isso resulta em prejuízos à qualidade do ensino.

O professor acredita que a Sociologia no ensino médio é fundamental, pois proporciona aos alunos, dentro das limitações sociais, estruturais e econômicas, uma análise mais ampla, mais sofisticada, sistematizada, de como principalmente a sociedade se organizou e está organizada nesse modelo de produção capitalista. É fundamental essa visão para eles, que muitas vezes naturalizam a realidade social e

consideram normais algumas questões sociais. Como as de gênero, trabalho, ideologia, política e culturais.

O seu planejamento das aulas se deu pelos princípios do professor anterior, apenas dando sequência ao que já foi trabalhado. Pois relata que seu contrato é temporário, o que dificulta fazer um planejamento.

O depoimento do professor coincide com exposição acerca dos resultados de pesquisa sobre o ensino noturno e o trabalho do professor ACT em escola da rede pública de Florianópolis:

Dado que contribui para precarizar ainda mais o trabalho docente, uma vez que esse tipo de contratação prejudica a continuação do trabalho pedagógico de um professor que logo será substituído por outro. Disso resulta que os professores não tem o tempo adequado para conhecerem o perfil das turmas e traçarem métodos de trabalho que abarquem a realidade dos alunos para estabelecer uma relação direta entre ela os conteúdos ministrados. Assim, se estabelece uma falha em fazer a conexão efetiva entre a Sociologia e a ação social dos alunos. (ANDRADE, p. 88, 2014).

O professor acredita que alguns alunos têm um melhor rendimento de aprendizagem e outros nem tanto. Mas não esquece de contextualizar em sua prática docente, o capital cultural de cada um. Acaba dando mais atenção para aqueles que têm mais dificuldade, utilizando os conceitos de Vygotsky de zona de desenvolvimento proximal.

Os materiais didáticos utilizados são o livro didático adotado na escola, vídeo e TV. Considera o livro de Sociologia para o ensino médio, de Nelson Tomazi, ideal para trabalhar com os alunos, pois tem uma visão mais crítica e abrangente. Além disso, considera muito importante o apoio do LEFIS, sediado na escola, onde pode consultar materiais didáticos, como revista, livro didático, documentário etc.

O tempo que dispõe para preparar suas aulas é em média de um dia inteiro no mínimo por semana. Mas observa que os alunos não tem muito interesse pela disciplina, pois para eles a Sociologia não é importante; ainda continua a concepção de que a Sociologia não é tão importante como estudar Matemática e Português. Ou seja, muitos alunos entendem que o senso comum é suficiente para conhecer a vida em sociedade.

Avalia seu trabalho como marcado por uma “instabilidade emotiva constante” do professor. Segundo ele, há dias em que o trabalho em de sala funciona muito bem, mas em contrapartida outros são muito ruins. Mas acredita que existem outros fatores que influenciam, como a questão do clima. Por exemplo: dia de calor os alunos perdem com mais facilidade a concentração, o ventilador faz muito barulho, os alunos reclamam. Outro fator é na sexta-feira ou em véspera de feriado, quando em geral os alunos estão dispersos.

Afirma que é muito difícil fazer algum outro trabalho interdisciplinar na escola, por dois motivos: o pouco tempo para se preparar e a pouca articulação com outros professores da escola. Devido a sua carga horária ser muito grande, não conseguiu fazer alguma atividade formativa na área de Sociologia fora da sala de aula.

Além disso, acredita que a escola pública vive em péssimas condições estruturais e pedagógicas, devido à desvalorização da educação pública no Estado e no Brasil. Mas afirma que “a educação por mais que esteja passando por alguns problemas, ela é a grande protagonista para esse Brasil que nós estamos querendo”. Além disso, acredita que a educação ainda será valorizada, pois é o único caminho de mudança.

O professor de sociologia contratado em caráter ACT, não tem muita experiência em sala de aula e devido a sua carga horária de 40h semanais, não consegue desenvolver todas as potencialidades educativas da disciplina. Argumentou em seus relatos que as péssimas condições do trabalho docente na escola expressam a precarização da força de trabalho dos professores, a mercantilização da educação, a falta de estrutura adequada nas escolas públicas. Especialmente no caso dos ACTs, a remuneração é ainda mais baixa e o contrato de trabalho é instável, com o dever de ser aprovado no concurso público todos os anos, sem direito a férias ou qualquer remuneração nos períodos de recesso. Como assinala Latorre (2013).

Os ACTs são expressão da precarização a que a burguesia submete a educação escolar e outras áreas sociais para garantir o lucro das empresas, latifundiários e banqueiros capitalistas. Em 2012, por exemplo, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, grupo que organiza e relaciona dados expostos pelos órgãos oficiais, o Brasil, investiu 3,34% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em educação, enquanto no mesmo ano, destinou 43,98% da riqueza nacional para o pagamento de

juros e amortizações da dívida pública. (p. 24).

Por isso ocorre o fato de os professores estarem sofrendo da “síndrome da desistência”, o que leva a não procura por novas metodologias e a falta de esforço por lecionar, devido ao esgotamento emocional e físico dos professores.

A síndrome da desistência pode ser definida como resultante do sofrimento decorrente da contradição entre a consciência do que pode e deve fazer e o que efetivamente se consegue fazer, entre o céu de possibilidades e o inferno dos limites estruturais, entre a vitória e a frustração; e a síndrome de um trabalho que voltou a ser trabalho, mas que ainda não deixou de ser mercadoria. (2011, apud KUENZER, 1999, p.682).

Neste sentido, verifica-se que a realidade escolar na qual se encontra o trabalho docente com a disciplina de Sociologia se apresenta como um paradoxo cujas consequências são, entre outras, a desistência dos professores, a falta de estímulo a buscar novas metodologias, assim como o descrédito do aluno em relação à disciplina, etc.

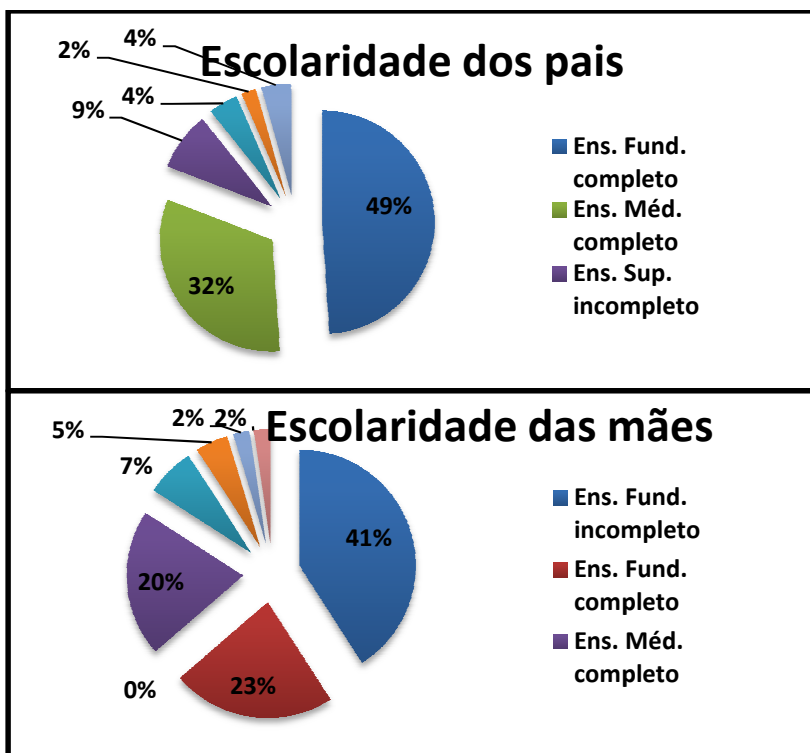
No Simão Hess, de maneira geral, trabalha-se com uma maioria de estudantes da classe trabalhadora, com pais e mães com nível de escolaridade fundamental e médio. Muitos deles trabalham e existe um índice considerável de repetência e evasão, pois boa parte precisa ajudar na renda familiar, segundo informações do diretor da escola.

Foi aplicado aos alunos um questionário pré-estruturados com 25 perguntas referentes à sociologia no ensino médio, conteúdos estudados, didáticas e recursos utilizados durante as aulas bem como questões referentes ao seu perfil socioeconômico e suas intenções futuras sobre o processo educativo. Foram selecionadas quatro turmas do 2º ano matutino, vespertino e noturno. O propósito do questionário era conhecer o perfil geral das turmas selecionadas de forma mais objetiva, já que somente a observação das aulas não nos possibilita ter uma ideia muito clara do capital social, econômico e cultural dos alunos. Somente aqueles alunos mais desinibidos e participativos deixam claro suas dificuldades e potencialidades. O resultado dos questionários, aliado às informações do professor e aos resultados das provas e trabalhos é que podem indicar as condições materiais, culturais e sociais. Através dos

questionários os alunos também nos deram indicações sobre sua avaliação e expectativas com relação à disciplina de Sociologia.

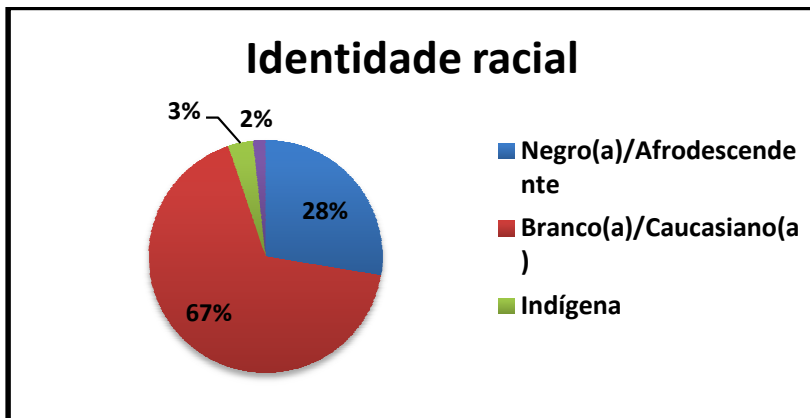
Responderam o questionário 53 alunos do Simão Hess. Os meninos são a maioria: foram 35 meninos e 18 meninas. As idades variam entre 15 e 18 anos e todos eles frequentam a escola somente durante o período das aulas.

Um dado bem interessante e revelador é a escolaridade dos pais e mães dos alunos. O que pode representar bem o capital cultural dos alunos que frequentam as aulas, comprometendo muito o rendimento dos alunos. A maioria dos pais e das mães apenas tem o ensino fundamental e médio completo. E cerca de apenas 4% entre os pais tem o ensino superior completo. Entre as mães esses índice é de 5%.



Referente à identidade racial, 39 alunos se afirmaram brancos, 16 alunos se afirmaram como negro/afrodescendentes e 2 alunos se

identificaram como indígenas. Pode-se observar uma identidade racial heterogênea.



Sobre a religião, 36 alunos têm religião e 17 responderam que não. A grande maioria dos religiosos é católica. Mas existem 4 espíritas, 4 evangélicos e 1 batista.

Sobre a configuração da família, percebe-se uma turma diversificada. Responderam 30 alunos que moram com pai, mãe e irmãos; o restante mora com padrasto, madrasta ou tio (a), avós, e primos (as). Mas outro dado chamou a atenção: 42 alunos responderam morar em um imóvel alugado, nos bairros do Maciço do Morro da Cruz, Trindade, Pantanal, Carvoeira e no norte da ilha. O que mostra que poucas famílias tem imóvel próprio. Dos 56 que responderam o questionários, 3 alunos tem filho.

Sobre os hábitos de lazer e entretenimento, a grande maioria tem o costume de frequentar o cinema, praia, assistir TV, ir a baladas, frequentar a igreja, ir ao shopping e usar a internet. Além disso, quando perguntado sobre o hábito de ler, a maioria respondeu que lê somente para atividades da escola, outros em jornal/revista e sites de internet. Em relação ao trabalho, 28 deles trabalham e 25 responderam não trabalhar. Um número bem expressivo, comparado à outra instituição de ensino pesquisada.

Outro dado que chamou a atenção: 20 alunos responderam não ter interesse em prestar vestibular, e apenas 33 pretendem fazer o vestibular. Ou seja, a escola está bastante próxima com a UFSC, mas não estimula os alunos a seguir o caminho acadêmico. Os que querem prestar o vestibular argumentaram que é pelo motivo de ter um futuro

melhor, uma profissão, uma vida mais tranquila, apenas 1 aluno respondeu que é para ganhar mais conhecimento. Os cursos escolhidos são bem variados.

Quando perguntados sobre porque estão fazendo o ensino médio, a maioria respondeu que é para garantir um melhor lugar no mercado de trabalho, em seguida outros responderam que é para ter um diploma. Ou seja, o objetivo é ingressar imediatamente no mercado de trabalho, sem se qualificar em uma graduação.

Sobre a disciplina de Sociologia, a maioria respondeu gostar de forma mediana, poucos deles responderam gostar muito. Neste sentido, ao perguntar sobre a importância da Sociologia como disciplina escolar, metade dos alunos deixaram em branco, outra metade argumentou a importância de compreender a sociedade. Sobre os temas a serem trabalhados na disciplina, muitos citaram a política do Brasil e temas referentes à vida prática.

Os alunos selecionados na pesquisa tem um capital cultural e social de classes de baixa renda, assim como a maioria dos pais tem apenas o ensino fundamental, poucos tem uma formação em uma graduação ou pós graduação. Além disso, a maioria dos alunos estão no mercado de trabalho, como forma de contribuir na renda familiar. Esses fatores influenciam no rendimento dos alunos, assim como no andamento das aulas de sociologia. Os alunos estão cansados e demonstraram pouco interesse pelas aulas, deixando de entregar algumas atividades. Soma-se a esse quadro a difícil situação, os professores, muito esgotados emocionalmente e fisicamente devido às condições de trabalho. Neste sentido ocorre uma “perda de sentido” da educação escolar para seu público alvo, pela falta de políticas de fortalecimento da escola pública o que deriva em precária condição material e no empobrecimento pedagógico do trabalho docente nas escolas.

Sobre o Projeto Político Pedagógico da escola – PPP, foi criado em março de 2009, através de vários encontros, dos quais participaram professores, pais, técnicos administrativos, que tentaram responder a questões como: que aluno se quer formar? Que modelo de sociedade se deseja? De que maneira se compreenderá e se provocará a relação do ser humano com o conhecimento? São questões fundamentais a serem discutidas. Segundo o PPP a “escola tem o objetivo de ensinar com base na historicidade crítica, proporcionando ao educando um desenvolvimento reflexivo, consciente, participativo e comprometido, no sentido de capacitá-lo para uma vivência de liberdade com responsabilidade, contribuindo desta forma para a transformação da

realidade, trabalhando para que a educação seja estruturada em quatro princípios básicos: aprender a conhecer, a fazer, a viver e a ser”. (PPP, 2009, p.24)

Segundo o PPP, a educação escolar é baseada em um trabalho de integração constante entre o pessoal técnico-administrativo, corpo docente e discente e comunidade. Ao mesmo tempo, apoia-se em uma concepção pedagógica que visa ajudar o educando a ver a realidade com senso crítico. Defende a intensificação de todo e qualquer processo capaz de permitir o ingresso, sucesso e permanência da criança ou jovem na escola. Assim como realizar acompanhamento sistemático na execução das atividades curriculares, de modo a promover a melhoria da qualidade do ensino, solicitando a cooperação da comunidade para um trabalho mais efetivo e eficiente na formação dos educando. O PPP propõe a organização de comissões de pais, professores e alunos para trabalhar as questões específicas do processo escolar, ressaltando o valor do estudo para a vida em sociedade, junto ao aluno, família e comunidade escolar (reunião de pais). Nesse sentido, objetiva promover encontros com professores e pais para debates de assuntos educacionais, discutindo com a comunidade escolar os compromissos que devem ser assumidos, detectando problemas comunitários que afetam a ação educativa, redefinindo as expectativas dos pais, alunos e educadores. A ideia seria desenvolver projetos curriculares, extracurriculares, visando atender às necessidades da comunidade escolar, elaborando o planejamento global da escola, calendário escolar, divisão de horários e turmas, organizando o sistema de comunicação, informação e documentação. Conta ainda com a ideia de dinamizar o uso de laboratórios, bibliotecas, salas-ambientes e material didático que a escola dispõe. Também manter a disciplina e a ordem dentro e fora da sala de aula, assim como a conservação, limpeza e o bom nome da escola, mantendo encontros com todos os funcionários desta Unidade Escolar com o objetivo de desenvolver o bom relacionamento humano e social.

Segundo a supervisora que passou as informações, o projeto do PPP é muito pertinente aos problemas da escola, “muito pertinente teoricamente, mas não na prática” - segundo ela. São poucos os professores que conhecem o projeto; outros conhecem, mas não aplicam seus princípios na prática, por uma série de motivos, especialmente aqueles relacionados às precárias condições materiais e pedagógicas da escola, já referidos: alta rotatividade de professores, péssimas condições de trabalho, carga horária excessiva de trabalho, baixos salários dos professores e funcionários.

Além disso, note-se que na escola atualmente não se encontra uma organização de professores e demais membros da comunidade escolar que propicie o debate e a reflexão coletiva em torno do PPP.

Esses são fatores que expressam problemas estruturais da educação brasileira, marcada por profunda desigualdade e objeto de uma política de inspiração neoliberal, caracterizada pela descentralização das responsabilidades pela educação básica. No caso da escola pesquisada, esses fatores interferem no dia a dia, dificultando que o PPP seja efetivamente um instrumento democrático de orientação do trabalho docente. Esse contexto dificulta, que o ensino de Sociologia consiga desenvolver todas as suas potencialidades enquanto espaço educativo de uma ciência crítica.

IV. CAPÍTULO III O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC

O Colégio de Aplicação (CA) foi instituído em 1961, sob a denominação de Ginásio de Aplicação e com a finalidade de campo de estágio destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática (Geral e Específica) da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF).

Primeiramente, foi implantada apenas a 1ª série ginásial e, a cada ano subsequente, foram sendo acrescentadas novas séries até completar as quatro séries do ciclo ginásial. A quantidade de turmas por série manteve-se constante até 1967, quando três turmas da 1ª série ginásial foram compostas. Em 1968, duas turmas de 1ª e 2ª séries ginásiais foram formadas, e por implementação progressiva, em 1970, havia duas turmas por série.

Em 1970, o Ginásio de Aplicação passou a se chamar Colégio de Aplicação e ter a primeira série do segundo ciclo, com os cursos Clássico e Científico. As demais séries do Ensino Médio foram implementadas gradualmente nos anos seguintes.

No ano de 1980, o Ensino Fundamental foi implementado com oito turmas, duas (turno matutino e vespertino) para cada uma das quatro séries iniciais.

Os alunos matriculados até então no Colégio de Aplicação eram filhos de professores e servidores técnico-administrativos da UFSC. Em 1992, ficou estabelecido o número de três turmas por série, com 25 alunos cada uma e o ingresso de alunos no Colégio passou a ocorrer através de sorteio aberto à comunidade.

O Aplicação é uma escola experimental mantida pela UFSC, integrada ao Sistema Federal de Ensino e que proporciona o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação da UFSC, atendendo ao Ensino Fundamental e Médio e visando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

O quadro de docentes efetivos e substitutos é composto por 103 professores, com níveis distintos de escolaridades: graduados, especialistas, mestre e doutores, com 12 horas/aulas semanais. O quadro técnico/administrativo, por sua vez, é composto por 26 servidores, mais os trabalhadores terceirizados. Em maior número se encontram, obviamente, os discentes: 950 alunos/as distribuídos em 38 turmas, dentre as quais 27 são do Ensino Fundamental e 11 do Ensino Médio, ambos matriculados em regime semi integral.

O espaço físico do colégio é consideravelmente amplo, possui 28 salas de aula, 11 banheiros (femininos e masculinos), 1 sala de professores, 10 salas de estudos dos professores por disciplinas, 1 sala da Associação de Pais e Professores, 4 salas de línguas (espanhol, francês, alemão, inglês), 2 miniauditórios, 2 laboratórios de informática, 7 laboratórios de disciplinas, 8 salas para atividades/aulas artísticas, 14 salas administrativas e pedagógicas, 4 salas para Projetos, 1 biblioteca, 1 sala para consultório médico e outra para gabinete odontológico, 1 sala para o Grêmio Estudantil, 2 pátios cobertos, 1 parque para crianças, 1 quadra de esportes descoberta, 1 campo de areia para futebol, 2 cozinhas, entre outras. Além de tudo isso, conta com a disponibilidade de diversos recursos didáticos, como *datashow*, computadores, sonorização em todas as salas de aula, duas lousas digitais, etc.

A escola faz um planejamento anual sempre no início de cada ano, onde a participação dos professores é significativa. As reuniões pedagógicas, por sua vez, ocorrem conforme a demanda e as reuniões com os pais e mães dos alunos acontecem trimestralmente.

Inserido no Centro de Ciências da Educação da UFSC, onde funciona em prédio próprio no Campus Universitário, localizado no Bairro Trindade, município de Florianópolis, o CA está localizado numa área geograficamente residencial, onde existem vias de acesso, tanto para o norte quanto para o sul, para o centro da cidade e bairros da grande Florianópolis. Por se tratar de uma região universitária, muitos dos moradores no entorno do colégio são alunos e servidores da universidade, em sua maioria classe média e alta. Mas também é possível encontrar populações tradicionais da ilha, ocupantes antigos

desta região e uma parte menor, porém não menos significativa, caracterizada pelos moradores de classe baixa.

Em entrevista com o diretor da escola, que acompanhou o desenvolvimento do Colégio de Aplicação por muitos anos, trabalhando diretamente com a coordenação, alunos, pais e professores, ele relata e destaca a qualidade estrutural da escola. Apresenta os recursos didáticos presentes na escola, como por exemplo, o datashow e computadores (com acesso à rede wireless), sonorização em todas as salas de aula, duas lousas digitais, dois miniauditórios, cantina, quadras esportivas, sala de língua estrangeira, de reuniões e salas para cada área disciplinar. Além desses pontos positivos o diretor destaca o baixo índice de repetência e evasão escolar.

Em relação à dinâmica da escola, uma grande quantidade de reuniões e atividades coletivas são organizadas semanalmente, integrando todos os segmentos da escola a sua gestão e administração. Apesar de estar em processo de revisão, o diretor destaca a presença significativa de todo o corpo escolar nas discussões das atividades, reuniões pedagógicas, reuniões de área, conselhos de classe e de discussão do projeto político. Nesse sentido, afirma encontrar certas dificuldades, mas, também um ponto de conexão onde todos colocam-se a disposição para criar espaços participativos e de debate na escola. *“Devemos pensar que a escola não é um corpo monolítico, onde todos pensam da mesma forma (ainda bem!). Este pensar distinto gera tensões, conflitos. Mas, o que deve-se buscar é o cumprimento, por todos, dos princípios que todos discutiram e aprovaram.”* (Diretor, entrevista, 2013, p.2)

Em relação às questões de preconceito e exclusão, o diretor ressalta a pouca frequência visto que o colégio apresenta alunos de diferentes camadas sociais e étnicas e não tem apresentado situações, na sua visão, em que *“estas diferenças tenham se explicitado como forma de exclusão”*. (Diretor, entrevista, 2013, p.2)

Ainda nesse sentido, destaca a presença dos pais, a atuação do colégio em relação às demandas e ao fato das atividades ganharem corpo enquanto um processo longo e duradouro, que vão se adaptando às necessidades do cotidiano da escola. Destaca ainda a presença dos pais e a atuação do grêmio estudantil na escola, inclusive nas atividades extra-classe, como a festa da família, festa junina, gincana anual, etc.

Em relação ao perfil sócio-econômico dos alunos, o diretor ressalta dados importantes. De acordo com o diretor, no geral *“a escola atende alunos de classe média, que não trabalham e que apresentam pais e mães com ensino superior completo. Apesar de não ser um consenso, a*

maioria possui a idade adequada para o Ensino Médio e condições cognitivas para se inserir neste nível de ensino. As turmas não passam de 25 alunos por sala de aula e as atividades de reforço são realizadas no contra-turno para os alunos com dificuldade”. Além do que o diretor descreve na entrevista, observamos que os alunos estão cercados de uma rede de apoio que conta com psicólogas, pedagogas e coordenadores de ensino. O contato com os pais é sempre estabelecido, proporcionando assim maior conhecimento sobre as condições sociais de cada aluno, seus problemas e as dificuldades que permeiam sua vida.

Os professores que fazem parte do colégio possuem na sua maioria mestrado ou doutorado, possuindo além de dedicação exclusiva, uma carga horária média de 12 horas/aula. São em sua maioria professores efetivos e trabalhando em alguns momentos de maneira interdisciplinar, realizando projetos entre as diferentes disciplinas e áreas.

O colégio Aplicação da UFSC conta com uma ótima estrutura, diferenciada de qualquer escola da rede pública estadual, pois conta com amplas salas de aula, com computadores em sala, assim como o data show para as aulas expositivas e apresentação de trabalho. As cadeiras e carteiras estão bem conservadas, assim como a pintura das paredes. Além disso, as salas de aula estão equipadas com ar condicionado. Outro fator muito importante são as salas individuais para os cursos de letras, assim como o auditório, muito usado em eventos culturais e palestras da escola. Para os professores, a escola conta com salas individuais, em cada sala são duas disciplinas, por exemplo: Sociologia divide uma sala com a filosofia. O que se torna muito importante um espaço com computador para prepara as aulas. Além disso, os alunos podem usar todo o espaço da Universidade, assim como os ginásios de esporte, a biblioteca universitária, o restaurante universitário, o que contribui muito para o processo pedagógico.

Sobre a disciplina de Sociologia, pude ter bastante contato com a professora para discutir o cotidiano escolar. As observações expostas aqui são estabelecidas muito mais nas conversas entre os corredores sobre as trocas de experiências, do que na entrevista direcionada a prática docente. Isso remete diretamente à condição do professor no Colégio de Aplicação, que na condição de dedicação exclusiva exige do professor a inserção em diversas atividades e demandas da escola. Se por um lado a dedicação exclusiva sobrecarrega o cotidiano da escola, por outro lado ela possibilita a esses professores maior dedicação, comprometimento e intensa inserção na realidade escolar, reconhecendo como inerente à prática docente a preparação das aulas a serem

ministradas bem como a atividade de pesquisa por parte do corpo docente realizada com incentivo de instituições como CNPq e CAPES; além do programa de Iniciação Científica no Ensino Médio fomentado também pelo CNPq nos quais os professores são os coordenadores e orientadores e os alunos são os bolsistas PIBIC-EM.

Segundo o relato fornecido pela professora entrevistada, o planejamento e o plano de ensino da Sociologia são construídos pelas duas professoras da disciplina na escola, em acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e o PPP da escola. O plano de ensino possui como referência as ciências sociais: sociologia, antropologia e ciência política. Os objetivos visados pelas professoras no ensino de sociologia é a ênfase no aluno e no processo de ensino-aprendizagem promovendo compreensão da sociedade bem como das relações sociais. Procuram relacionar os conteúdos da política atual baseando-se nos teóricos das ciências sociais não enfatizando apenas uma única linha teórica, porém procuram destacar a sociologia brasileira e conteúdos imprescindíveis, segundo a entrevistada, como o estudo dos clássicos, estudos do século XX e contemporâneos.

Apesar de terem adotado o livro didático Tempos Modernos o uso não é feito em todas as aulas, basicamente por dois motivos: primeiro que não foi fornecido pela secretaria da educação exemplares suficientes para todos os alunos da escola, sendo o uso nos terceiros anos restrito aos xerox fornecidos pela escola ou a utilização do livro apenas em sala de aula; – a escola conta com vinte livros didáticos para serem utilizados durante as aulas de sociologia – em segundo lugar por opção da professora em trabalhar com outros livros nos diferentes conteúdos, optando muitas vezes por trabalhar diretamente com os teóricos das ciências sociais, como por exemplo, trechos fornecidos do livro Vigiar e Punir de Michel Foucault (2008) e do livro Por uma outra globalização, de Milton Santos para trabalhar a unidade Críticas à Modernidade referentes ao plano de ensino de sociologia dos terceiros anos. Além do uso do livro didático e outras bibliografias, são utilizados também como recursos didáticos o moodle, o UCA, debates, datashow, e quadro negro. Segundo conta a professora os alunos respondem bem à algumas estratégias didáticas, apesar de não existir uma receita básica e sim alguns êxitos no processo pedagógico, e possuem um bom aprendizado mesmo considerando a disciplina de sociologia dispensável aos estudos preparatórios do vestibular.

Relata a professora que o Colégio de Aplicação apresenta ampla área destinada ao colégio dentro da comunidade universitária da UFSC. A estrutura da escola apresenta ótimas condições para receber os alunos,

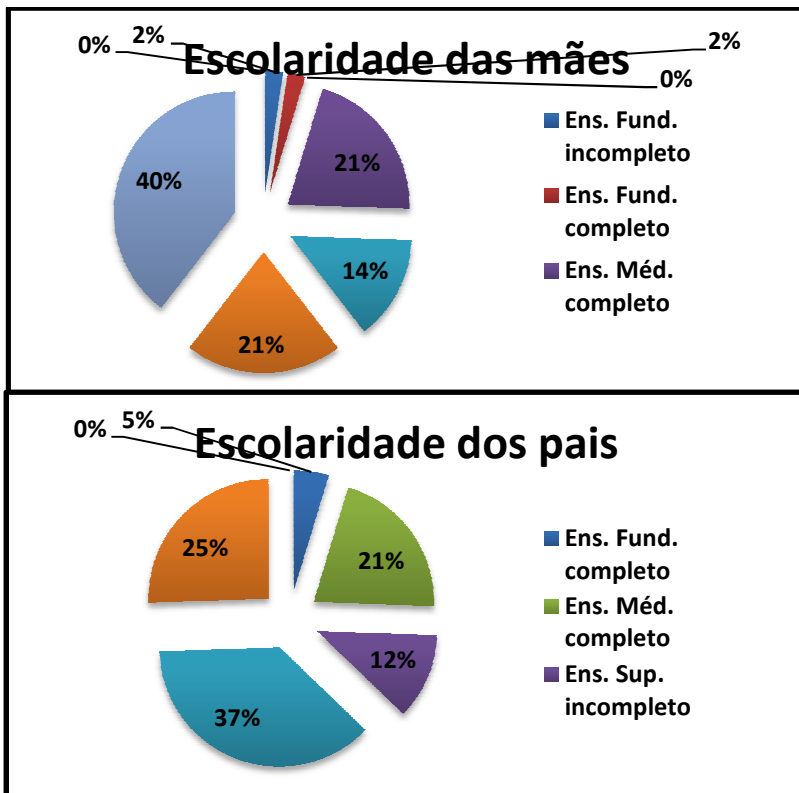
além de alguns privilégios por estarem inseridos na comunidade universitária como internet wireless disponibilizado em toda área da escola, possibilitado o acesso através do UCA ou qualquer outro dispositivo capaz de acessar a rede. A escola possui três auditórios, sendo dois deles de tamanho menor chamado de miniauditórios e um auditório com maior capacidade e infraestrutura. São disponibilizado para uso em sala de aula datashow, caixas de som e computadores o que facilita em muito a utilização de diferentes recursos didáticos como apresentação de slides, filmes e outros recursos fornecidos por esses dispositivos. A realidade da escola é muito distante das condições de outras escolas do ensino público em que encontramos a carreira docente completamente desvalorizada, possuindo baixos salários, poucos incentivos e tempo disponível para a pesquisa, ou seja, temos no ensino público, mas também em um grande número de escolas da rede particular a precarização do trabalho do professor e em um contexto mais geral a precarização da educação. Compõe ainda esse quadro a falência dos prédios públicos, nos quais se encontram as escolas com suas estruturas completamente abaladas pelo tempo e pela negligência do Estado.

A professora de Sociologia entrevistada é concursada em caráter efetivo, já deu aula no Instituto Federal de Santa Catarina e tem muitos anos de experiência. Sua carga horária de 12h com dedicação exclusiva garante um tempo adequado para prepara as aulas de Sociologia. Além disso a professora se qualificou com doutorado e tem direito a um plano de carreira, férias e licença capacitação. Argumenta que seu salário comparado a outras instancias da educação é muito bem remunerado. Além de uma ótima estrutura escolar, todos esses fatores contribuem muito para o planejamento e andamento das aulas de Sociologia. Outro fator muito importante, é que as duas professoras de Sociologia ajudaram a construir o Projeto Político Pedagógico da escola, o que favorece o desenvolvimento de uma prática docente articulada com os fundamentos do PPP.

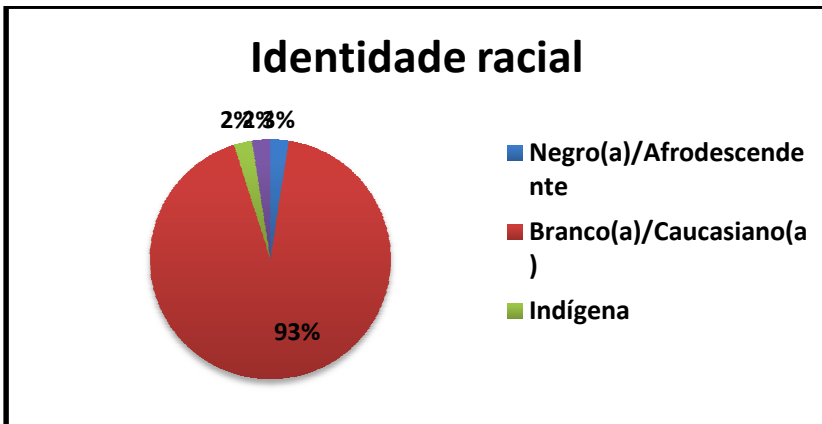
O mesmo questionário usado no Simão Hess foi aplicado no Colégio de Aplicação. Foram selecionadas duas turmas do 2º ano matutino (não existem aulas no período noturno). Responderam o questionário 42 alunos do CA, e as meninas são a maioria. As idades variam entre 15 e 18 anos e metade da turma afirmou frequentar o colégio em período integral (manhã e tarde).

Um aspecto do perfil da turma, que pode representar muito do rendimento dos alunos é o grau de escolaridade dos pais. Normalmente costuma-se associar níveis maiores de escolaridade dos pais a um

acompanhamento maior da vida escolar dos filhos, incentivo ao estudo, apoio pedagógico e até psicológico. Neste sentido, a maior parte dos pais e mães da turma apresenta nível de escolaridade maior que a dos filhos, tendo a maioria ensino superior completo e com pós-graduação. O que se espera é que, pelo menos esses pais e mães, tenham condições de dar um suporte maior à vida escolar dos seus filhos.



Quanto à identidade racial, 39 alunos se afirmaram brancos, 1 aluno se afirmou como negro/afrodescendente e 1 aluno se afirmou como indígena. De fato, também visualmente, a cor de pele branca predomina na turma.



Perguntados se possuem religião, dos 42 alunos, 25 responderam afirmativamente e a composição religiosa é de católicos, espíritas e evangélicos.

Os dados relacionados à configuração das famílias chamam atenção. Apenas 20 alunos responderam morar na mesma casa com o pai e a mãe. A composição familiar varia de acordo com a presença de um padrasto, primos, tios e avós. Um dos alunos, inclusive, respondeu que vive com o pai e os irmãos. O perfil da turma, neste sentido, reflete um pouco das mudanças recentes na configuração das famílias brasileiras, apresentando cada vez mais diversidade de organização. A maior parte dos alunos moram em casas próprias.

Sobre os hábitos de lazer e entretenimento predominam a frequência ao cinema e ao shopping e assistir TV, seguidos dos passeios, prática de esporte e idas à praia. Hábitos como ler, tocar um instrumento e desenhar são as atividades menos praticadas nas horas livres dos alunos. Especificamente sobre o hábito da leitura, a maioria respondeu ler mais em sites da internet do que livros, jornais ou revistas.

Apenas um aluno da turma respondeu que trabalha, indicando que o perfil geral da turma é de dedicação exclusiva aos estudos. A maior parte deles inclusive vê no vestibular e na entrada numa universidade, a passagem para a vida profissional. O que reflete também no sentido que dão ao Ensino Médio. Mais da metade deles percebem nesta etapa do ensino o meio para garantir uma colocação no mercado e/ou condição para prestar o vestibular. Apenas 3 responderam que estudam porque os pais os obrigam, ainda que 6 tenham respondido que estudam porque gostam.

Ao final, as perguntas a respeito da disciplina de Sociologia. Primeiro, sobre sua importância. As respostas foram variadas, mas refletem uma boa recepção dos alunos frente à disciplina. Eles responderam: para entender a sociedade; compreender os conceitos; conhecer valores, éticas, religião; porque é uma disciplina crítica e estimula o senso crítico; ensina a ver o mundo de maneira mais crítica; entender melhor o lugar do homem na sociedade e a mesma em si; para ter mais visões do comportamento da sociedade; para entender nossas manias pessoais, culturas diferentes; para aprender a viver em sociedade, aceitando uns aos outros; acredita que é uma ciência tão relevante quanto as outras.

Outra pergunta foi com relação às expectativas dos alunos em relação à disciplina. As respostas foram as seguintes: debates; conhecimento sobre coisas que ainda não conhece; que sejam boas e produtivas; compreender melhor a sociedade; gostaria que não discutisse os pensadores, pois depois de fazer a prova esquecem as ideias que eles tiveram; novidades; compreender melhor como se organiza a sociedade; que sejam dinâmicas, com trabalhos em vídeo e em grupo; conhecer melhor a sociedade e construir críticas bem fundamentadas; mais filmes; aprender coisas novas e com abertura para opiniões e debates.

Os alunos selecionados no questionário em sua grande maioria tem um capital cultural e social de classes média/alta, a maioria dos pais tem ensino superior, o que pode contribuir muito no rendimento dos alunos. Além disso, poucos deles trabalham e nas aulas de Sociologia demonstraram bastante interesse pelo conteúdo e participando de todas as atividades proposta pela professora. Todas essas vantagens do Colégio de Aplicação, relativamente a outra escola pesquisada, abrem maiores possibilidades de que o ensino de Sociologia ali desenvolva suas potencialidades enquanto trabalho educativo com as ciências sociais.

Em relação ao PPP do Aplicação, entrou em vigor no ano de 2003, tendo sido revisto e atualizado desde então. A última versão, disponível no *site* do colégio, é de abril de 2012, embora tenha obtido a informação, junto à Coordenação e Secretaria, de que este PPP não está sendo usado porque continua em revisão. Entretanto, o diretor inclusive nos recomendou que buscássemos informações no PPP do *site*. Então faço essa ressalva, mas mesmo assim utilizo dados desse documento, já que contém informações importantes.

Segundo relato do diretor, a elaboração do PPP teve a participação de todos os segmentos da escola: docentes, servidores,

pais/mães e estudantes. As discussões e orientações tomam como base o que está escrito no PPP, mas há dificuldade em se praticar seus princípios pedagógicos, uma vez que não há um consenso geral entre os segmentos, o que gera tensões e conflitos, mas busca-se cumprir, por parte de todos, os princípios que foram discutidos e aprovados.

Ao analisar o Projeto constatei que este foi construído com base nos resultados de uma ampla pesquisa realizada no Colégio de Aplicação no ano de 1997, com a finalidade de diagnosticar a realidade institucional para, a partir da tabulação e da análise dos dados, deliberar por necessidades, desafios e perspectivas, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, respaldados por uma proposta pedagógica inovadora.

Após uma longa trajetória de estudos, discussões e deliberações, a equipe responsável pela construção do Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação o coloca em ação, todavia com a seguinte ressalva:

Temos clareza que o Projeto Político-Pedagógico não é um texto escrito e acabado. Ele é sim um processo contínuo, coletivo e que se renova, se refaz e se reestrutura de acordo com as exigências da realidade em que a escola se insere. Exige uma reavaliação constante para tomada de decisões acerca das alterações necessárias para enfrentar os desafios que se apresentam (PPP, 2012, p.5).

O que denota um reconhecimento de que o projeto de escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores, com algumas propostas bem simples, e que se amplia, ganhando corpo e consistência no decorrer do processo histórico.

O Projeto baseia-se na noção de Escola Democrática, de acordo com o pedagogo Moacir Gadotti (1997 *apud* PPP, 2012, p.6), segundo o qual uma escola que seja democrática, pública e popular, deve estar pautada nas seguintes afirmativas:

- A escola não é o único espaço de aquisição do saber elaborado, também aprendemos em outros espaços e com outros agentes.
- Não existe um único modelo de ação educativa, cada escola tem suas próprias contradições e precisa encontrar seus próprios caminhos, por isso a importância da experimentação pedagógica e de mentes abertas para o novo.

- A Educação para todos supõe todos pela educação, ou seja, todos não terão acesso à educação enquanto todos não se interessarem por ela.

- Grandes mudanças exigem esforço contínuo e solidário nas pequenas ações. As pequenas mudanças podem dar sustentação para as mudanças estruturais.

O Colégio de Aplicação se propõe à produção, transmissão e apropriação crítica do conhecimento com o objetivo de “instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos, contribuindo também para a expansão de sua personalidade” (PPP, 2012, p.7). A filosofia direcionadora da ação pedagógica do Colégio de Aplicação tem sua origem e seu fim na prática social concreta. O contexto histórico-social no qual vivem docentes e educandos constitui o fundamento do trabalho do Colégio de Aplicação.

Os objetivos específicos têm em vista:

- a) Propiciar os conhecimentos necessários para instrumentalizar o educando na sua atuação, tornando-o crítico e produtivo no processo de transformação no mundo e na conseqüente construção de uma sociedade justa, humanitária e igualitária;

- b) Possibilitar ao educando a vivência de práticas democráticas concretas para que este possa desenvolver-se como sujeito livre, consciente e responsável na construção coletiva de sua realidade histórica;

- c) Proporcionar e desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contribuam para a melhoria do ensino, como para formação continuada dos docentes.

Por se constituir em uma escola “experimental”, o CA possibilita a existência de práticas pedagógicas diferenciadas, tais como a fundada no Construtivismo, a fundada na Pedagogia de Projetos e outras perspectivas teóricas diversas.

A Concepção de Educação, por sua vez, se baseia nos sete saberes necessários à educação do futuro, de acordo com Morin (2001 *apud* PPP, 2012, p.8) quais sejam:

- 1) As cegueiras do conhecimento: o conhecimento sempre está ameaçado pelo erro e pela ilusão;

- 2) Os princípios do conhecimento pertinente: a educação deve discutir os processos que resultam no acesso às informações sobre o mundo e como articulá-las, organizá-las e perceber e conceber o contexto local / regional / mundial e as relações entre o todo e as partes;

- 3) Explicar a condição humana: o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Essa unidade

complexa é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas;

4) Explicar a identidade terrena;

5) Enfrentar a incerteza: as ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras incertezas. A educação deve ocupar-se de formar cidadãos capazes de conviver com a imprevisibilidade do futuro;

6) Explicar a compreensão: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade;

7) A ética do gênero humano: a educação deve explicar as relações indivíduo/sociedade/espécie, pois as relações entre os indivíduos produzem a sociedade, a qual retroage sobre os mesmos indivíduos e a espécie.

No colégio Aplicação da UFSC, a maioria dos professores que trabalha hoje na escola, inclusive as duas professoras de Sociologia, contribuíram na construção do projeto. O que é um fator muito importante para a prática docente, assim como no andamento das aulas de Sociologia. Além disso, a escola conta com uma comissão organizadora, para a discussão e atualização do projeto. Pode-se verificar também, que as professoras de Sociologia conseguem desenvolver grande parte das ideias propostas pelo projeto. Pois além de ajudar a construir, a escola oferece uma estrutura adequada, assim como as condições de trabalho favorece a prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a graduação de Licenciatura em Ciências Sociais discutimos vários teóricos como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Wright Mills entre outros mais recentes, demonstrando à importância do aprendizado sociológico nas escolas de nível médio para a transformação social. Como demonstrei nos capítulos anteriores, foram muitas as batalhas da disciplina até os tempos atuais. Sabemos que os desafios ainda são muitos. Esse trabalho buscou responder, se nos dias hoje, a disciplina de Sociologia consegue cumprir com suas finalidades educativas, em tempos de crise social, de privatização da educação e de precarização do ensino nas escolas da rede pública?

Uma das conclusões da pesquisa, é que nas escolas da rede pública estadual há que se considerar a complexidade das relações que envolvem o ambiente escolar e que por ele são envolvidas. Ou seja, o que se percebe como assinala Mendonça (2011), é uma crise de

sentidos, onde professores e alunos não se identificam com a escola, em suas relações cotidianas, pois existem problemas estruturais, pedagógicos e democráticos que interferem nesta relação.

Nas duas escolas pesquisadas, constatei uma grande diferença de condições materiais e pedagógicas sob as quais se realiza o ensino de Sociologia. Na escola Simão Hess, da rede estadual de educação, pude constatar que há uma ausência de espaços de reflexão coletiva acerca das políticas e diretrizes pedagógicas para a educação escolar, bem como das ações docentes ali realizadas e as possibilidades de diálogo interdisciplinar entre as várias áreas de conhecimento trabalhadas.

É significativo o fato de que são poucos os professores que conhecem o Projeto Político Pedagógico da escola. Mesmo os que o conhecem, não aplicam seus princípios na prática, por uma série de motivos, especialmente aqueles relacionados às precárias condições materiais e pedagógicas da escola: alta rotatividade de professores, péssimas condições de trabalho, carga horária excessiva de trabalho, baixos salários dos professores e funcionários, estrutura física precária, carência de materiais didáticos.

Esta pesquisa procurou revelar que esses são alguns fatores que expressam problemas estruturais da educação brasileira. No caso da escola pesquisada E.E.B. Simão Hess, esses fatores interferem no dia a dia de trabalho, dificultando que se realize a educação como prática social complexa de mediação entre o mundo social e a formação humana dos alunos.

Disso resultam dificuldades, para que o trabalho docente com a disciplina de Sociologia na Simão Hess, encontre as oportunidades profícuas para realização de suas potencialidades educativas. Vale salientar que este problema está atrelado a questões mais amplas, resultantes de uma sociedade desigual, no quadro das transformações contemporâneas do capitalismo. Como assinala Jinkings (2011, p. 115):

Nos dias de hoje, os desafios ao ensino de Sociologia nas escolas, estão fortemente enredados a questões sociais mais amplas, que acompanham as transformações contemporâneas do capitalismo e atingem com gravidade a educação brasileira e seu sistema público de ensino. Nas suas particularidades, advindas das especificidades do trabalho pedagógico com as ciências sociais, a atividade docente com a disciplina de Sociologia no ensino de nível médio no país é também intensamente afetada pelos

problemas estruturais de uma sociedade desigual, na qual ainda se reivindica a universalização da educação básica.

No Colégio de Aplicação da UFSC, amparado na estrutura material e pedagógica e na política educacional da Universidade, as discussões dos problemas estruturais e pedagógicos da escola se encontram em outra etapa. A escola já conta com uma estrutura adequada, os alunos podem usar todo o espaço da Universidade, assim como os ginásios de esporte, a biblioteca universitária, o restaurante universitário, os professores tem adequada condição de trabalho, há espaços de reflexão coletiva sobre as atividades de ensino-aprendizagem. Além disso, muitos alunos já trazem de casa um capital cultural, pois grande parte dos pais tem formação em uma graduação ou pós-graduação, muitos tem vínculo de trabalho com a UFSC.

É possível supor que todos esses fatores contribuem para um processo educativo mais qualificado, onde as condições materiais e pedagógicas permitem vislumbrar a realização de ideias advindas de Florestan Fernandes e Octavio Ianni de uma Sociologia para a transformação social. Entretanto, essas ideias só se realizarão plenamente com mudanças estruturais na educação e na sociedade brasileira, que enfrentem com radicalidade os problemas sociais que atingem a escola pública.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renata L. **A escola média noturna e a sociologia: reflexões sobre as estruturas do ensino em uma escola da grande Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - UFSC, Florianópolis, 2014.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In **A sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 1975.

IANNI, Octavio. **O ensino das ciências sociais no 1º. e 2º. graus.** Cadernos CEDES, Campinas, vol. 31, n. 85, 2011.

JINKINGS, Nise. **Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos.** Mediações. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL, vol. 12, 2009.

JINKINGS, Nise. **A Sociologia em escolas de Santa Catarina.** In: Revista Inter-Legere, n. 9, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONÇA, Sueli. **A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico.** vol. 31, n. 85. Cad. Cedes, Campinas, 2011.

MILLS, Wright. **A imaginação Sociológica.** 3º.ed. Tradução de W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SILVA, Fabiano Padilha. **Estudantes-trabalhadores no ensino noturno: o trabalho como delimitador de aprendizagem e condutor de trajetórias escolares.** 2013.1 v. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – UFSC, Florianópolis, 2013.

SILVA, Eleize Luciana Fiorelli. O ensino das ciências sociais/sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: **Sociologia: Ensino Médio.** MORAES, A. (coord). Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2010. Col. Explorando o Ensino, vol. 15, p. 15-44.

KUENZER, Acacia. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** Educação & Sociedade. Ano XXI, nº 70. Campinas – S.P. Unicamp, abril de 2000.

KUENZER, Acácia. **A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 116, n. 32, p.667-688, jul. 2011.

LATORRE, Diego. **O fenecer da educação capitalista: estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (ACTS) no ensino público de Florianópolis.** 1 v. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 2013.